



**PERSPECTIVAS DECOLONIAIS NAS AULAS DE LÍNGUA INGLESA NA
AMAZÔNIA MARAJOARA: A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/03 POR OUTRAS
LINHAS**

**DECOLONIAL PERSPECTIVES IN ENGLISH LANGUAGE CLASSES AT
MARAJOARA AMAZON: THE IMPLEMENTATION OF LAW Nº 10.639/03 BY
OTHER LINES**

**Karley dos Reis RIBEIRO¹
Raquel Amorim dos SANTOS²**

RESUMO: O presente estudo se propôs a analisar as práticas pedagógicas de Língua Inglesa (LI) à luz da perspectiva decolonizadora sobre a hegemonia da LI na implementação da Lei nº. 10.639/03. O estudo foi realizado com um grupo de estudantes do Ensino Fundamental de uma escola pública em Salvaterra-PA, da Amazônia Marajoara. Para tanto, apresentamos um diálogo com autores da Linguística Aplicada (LA) O estudo é de abordagem qualitativa e o método é sustentado na pesquisa-ação. Os resultados revelaram a desconstrução do caráter hegemônico do idioma pelos estudantes, e fomentou novas perspectivas históricas e culturais em torno do aprendizado da LI.

Palavras-Chave: Língua Inglesa. Lei nº 10.639/03. Decolonialidade.

ABSTRACT: The current study aimed to analyze the English Language (EL) pedagogical practices about of the decolonist perspective on the hegemony of LIE in the implementation of Law nº. 10,639 / 03. The study was carried out with a group of elementary school students from a public school at Salvaterra-PA, in the Marajoara Amazon. Therefore, We present a dialogue with authors of applied linguistics. The study has a qualitative approach and the method is supported by action-research. The results revealed the deconstruction of the hegemonic image of EL by students, and promote new historical and cultural visions around the learning of EL.

Keywords: English language. Law nº 10.639/03. Decoloniality.

¹ Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Tradução e Interpretação do Inglês e Português pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA). Graduado em Letras – Língua Inglesa pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduado em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL). Atualmente é Professor de Língua Inglesa do quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação de Salvaterra (SEMED/PA). E-mail: karley@ufpa.br.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Linha de Pesquisa: Educação: Currículo, Epistemologia e História, Mestre em Educação (UFPA), Linha de Pesquisa: Currículo e Formação de Professores. Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, Faculdade de Educação. Especialista em Currículo e Avaliação na Educação Básica pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Atualmente, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA). Professora Permanente do PPLSA. E-mail: rakelamorim@yahoo.com.br.



Introdução

Este estudo buscou realizar um diálogo entre o ensino da Língua Inglesa (LI) e a Lei nº 10.639/03 para compreender os conceitos de hegemonia da LI e resistência da identidade afro-brasileira presentes nas aulas de inglês na escola pública. No âmbito dos estudos e pesquisas brasileiras, a Lei nº 10.639/03 tem sido timidamente explorada e trabalhada nas aulas de inglês ao longo dos últimos anos. Com isso, este artigo pretende realizar uma discussão sobre o ensino do idioma e sua interlocução no ensino das relações étnico-raciais.

A motivação em traçar uma reflexão acerca da escolarização de saberes em contextos étnico-raciais resultou da nossa relação como pesquisadores(as) e professores(as), em que nos propusemos a entender os desafios existentes no ensino da LI na perspectiva das relações étnico-raciais em uma escola pública do Ensino Fundamental do município de Salvaterra-PA da Amazônia Marajoara³, na qual atuamos como professores desde 2016.

Na educação pública, evidenciamos o quanto a LI é concebida como língua de prestígio na sociedade brasileira (RAJAGOPALAN, 2003). Entretanto, ela ainda é fortemente marcada por um histórico de colonização e dominação imperial de culturas esbranquiçadas, tanto estadunidense quanto britânica. Muitos estudantes da Educação Básica carregam consigo concepções e estereótipos sobre a hegemonia dos Estados Unidos da América e da Inglaterra, como os países onde se falam o inglês e negociam identidades e desejos que camuflam, mesmo que de forma inconsciente as relações coloniais em seus processos socioeducativos (CANAGARAJAH, 1999).

Essa cosmovisão de ensino da língua tem influenciado negativamente a criação de estigmas e estereótipos à luz de uma abordagem intercultural para a validação da Lei nº. 10.639/03 nas aulas de inglês. A Lei aponta para a inclusão e obrigatoriedade das relações étnico-raciais dentro do conteúdo escolar, a partir dos estudos da história da África e dos Africanos e da luta dos negros no Brasil na formação da sociedade brasileira (RIBEIRO, 2022; BRASIL, 2003). Essa implicação resultou em uma impetuosa investigação voltada para

³ O Termo Amazônia Marajoara é entendido como o arquipélago da ilha do Marajó, localizado no estado do Pará, compreendido por 15 municípios do território. O recorte espacial é o município de Salvaterra, concebido da necessidade geográfica de entender os diferentes movimentos sociais, políticos, ideológicos, religiosos, econômicos e culturais que constituíram as diferentes visões acerca do Marajó. (PACHECO, 2010).



uma abordagem afrocentrica para o ensino do idioma, na qual foi possível trabalhar o ensino da língua a partir de culturas afro-anglófonas⁴.

Este estudo é abalizado em uma perspectiva decolonial, dentro do campo de questionamentos e no rompimento com as ideias de conhecimento universal, replicável, cuja aplicabilidade se amplie a todo e qualquer contexto minimamente semelhante (MIGNOLO, 2008). Para tanto, apresentamos a perspectiva decolonial neste estudo, a qual relacionamos e dialogamos no ensino de línguas estrangeiras, perscrutando epistemologias que refletem na (re)construção do pensamento crítico e reflexivo do estudante (KUMARAVADIVELU, 2016).

A pesquisa de abordagem qualitativa foi a forma que enxergamos para (re)produzir o conhecimento local, situado e relevante para o contexto da sala de aula. Segundo Bogdan e Biklen (1994) a abordagem qualitativa em educação questiona de forma contínua, os sujeitos envolvidos na investigação com a finalidade de filtrar as representações das vivências, a maneira como eles interagem e interpretam as suas experiências, e o modo como os mesmos estruturam o universo social onde estão inseridos. O método é sustentado na pesquisa-ação, que para Thiollent (1988) é considerado uma estratégia para o desenvolvimento do professor e do pesquisador, de modo que eles possam utilizar em suas pesquisas para aprimorar e melhorar seu ensino, seu caráter é pragmático, e envolve os participantes com a finalidade de ajudá-los a melhorar as suas performances e o ambiente de trabalho no qual estão inseridos.

Nesse contexto, a pesquisa-ação é um tipo particular de pesquisa aplicada que pressupõe intervenção na realidade social, caracterizando-a, portanto, uma ação intervencionista (THIOLLENT, 1988). Partindo dessa premissa que narramos nossos percursos na pesquisa, revisitando epistemologias e experiências que contribuíram para que (re)pensássemos e (re)construíssemos a práxis docente em uma perspectiva decolonial para a implementação e validação da Lei nº 10.639/03 nas aulas de inglês.

O contexto amazônico marajoara da pesquisa

A pesquisa teve como *locus* a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Bahá'í Olavo Novaes, localizada no centro urbano do município de Salvaterra-PA. Os sujeitos

⁴ Países do Continente Africano que têm o inglês como língua materna e/ou língua oficial de comunicação. Seus principais núcleos encontram-se no continente africano: África do Sul, Gâmbia, Libéria, Serra Leoa, Zâmbia, Zimbábue.



deste estudo foram: (=1) professor de LI e duas turmas do 7º ano do Ensino Fundamental do turno da manhã, com um universo de (=62) alunos, com uma faixa etária entre 11 a 14 anos de idade. Neste estudo, o foco da pesquisa foram os estudantes, com o objetivo de compreender seus conhecimentos linguísticos e culturais acerca das relações hegemônicas do idioma e seus desdobramentos para o ensino das relações étnico-raciais.

Nesse sentido, foram utilizados diferentes procedimentos de coleta de dados, sempre observando e atendendo a metodologia da pesquisa-ação, a fim de entender a realidade na qual os estudantes estão inseridos na sala de aula. Tendo como base a pesquisa-ação, decidimos realizar encontros quinzenais na escola e na Biblioteca Municipal de Salvaterra. Nos encontros que realizamos durante o período de 2 meses, levávamos pequenos textos em inglês de fácil entendimento sobre relatos dos processos históricos e culturais da colonização Britânica, com recortes para a colonização ocorrida no continente africano. Durante esses encontros na escola, buscamos discutir e refletir sobre as ideias de colonização e relações de poder apresentadas nos textos, comparando-as com o contexto brasileiro e o contexto britânico.

Os encontros estimularam significativamente os estudantes a questionarem sobre o processo de colonização ocorrida no continente africano, o qual assemelharam a ideia de colonização difundida no Brasil. Esse cenário permitiu a (des)construção de ideias universais, concebidas pelos alunos acerca do caráter hegemônico e cultural do ensino do idioma difundido no Brasil. Essas perspectivas decoloniais permitiram implementar recortes da Lei nº 10.639/03 nas aulas de inglês, a partir de um protagonismo negro à luz das culturas afro-anglófonos.

Assim, os alunos puderam conhecer um pouco sobre a história e formação dos países afro-anglófonos no mundo globalizado a partir da colonização britânica. Os encontros permitiram os alunos a romper com as diferentes visões pré-concebidas acerca da concepção da colonização britânica. Os momentos permitiram os alunos a confeccionarem materiais e atividades para socializar com a comunidade escolar acerca do tema da nossa pesquisa.

O ensino da língua inglesa e a lei nº. 10.639/03 em uma perspectiva decolonial

Tendo como base os estudos de Pease (2005), o Brasil sofreu uma forte influência estrangeira nas suas relações econômicas, políticas, sociais e culturais. Houve vários



deslocamentos e desdobramentos da colonização Portuguesa no território brasileiro, e paralelo ao período Colonial, os britânicos tornaram-se uma das mais importantes influências econômicas no Brasil em meados de 1822. No século XX, os Estados Unidos da América (EUA) ultrapassaram a Inglaterra como influência hegemônica nas produções econômicas e culturais, exercendo a sua influência em uma ampla gama de aspectos na vida brasileira e em escala nacional e até mesmo mundial.

Os efeitos dessas relações resultaram em uma dependência econômica e cultural no Brasil, influenciando o ensino da língua na educação pública brasileira. Esse panorama (re)produziu um ambiente escolar colonizado, sob a égide da “internacionalização” e tendo o inglês como principal vetor de dominação cultural, começou a estruturar seu ensino e abordagens de acordo com o modelo e as expectativas do contexto anglo-saxão⁵ e colonial, no qual (re)produz(iu) um ensino linguístico, cultural e hegemônico de culturas brancas (estadunidense e britânica) (CALDAS; ALCADIPANI, 2003).

De acordo com os estudos de Breton (2005), a LI é a língua dos países anglófonos, e passou de uma língua nacional para tornar-se língua imperial e posteriormente uma língua mundial. Entretanto, devemos considerar que a LI difundida em países anglófonos não é a mesma difundida em outros países de culturas anglófonas, visto que a língua em cada um desses países possui características gramaticais, lexicais e culturais diferentes.

No Brasil, percebemos que as práticas pedagógicas de professores de inglês, os livros didáticos e até mesmo os currículos escolares ainda privilegiam abordagens culturais do inglês americano e britânico, sendo que as línguas de outros países anglófonos ainda são silenciadas nesse processo de ensino aprendizagem do idioma. Destarte, no Brasil, há uma centralização hegemônica do ensino do idioma nos padrões culturais da língua (americanas e britânicas), fortalecendo tal imperialismo linguístico.

Dessa forma, o ensino do idioma não deve se perpetuar de maneira centralizadora, homogeneizadora, esbranquiçada e hegemônica, pois para romper com os padrões coloniais e eurocêntricos e, sobretudo, validar a Lei nº 10.639/03 é necessário que o professor de LI assumira uma postura de “resistência consciente” com seus alunos, permitindo-os a refletirem sobre outras histórias e protagonismos anglófonos, como é o caso dos países que estão

⁵ Territórios e nações que têm o inglês como língua materna. Seus principais núcleos, segundo Breton (2005), encontram-se na Europa (Reino Unido), na América do Norte (Estados Unidos e Canadá), na Austrália, na Nova Zelândia e na África do Sul.



localizados no continente africano. Esse continente ainda é invisibilizado e silenciado pelas relações de dominação cultural, o qual possui vários países de natureza afro-anglófona. Para Ribeiro (2022), o inglês tem um papel fundamental na educação brasileira, contudo é necessário que seu ensino possa ser difundido em uma perspectiva crítica e cultural em relação ao papel que ele representa no mundo, possibilitando o rompimento dos padrões canônicos e hegemônicos para o ensino de LI em contextos educacionais diferenciados.

Com base nas questões apresentadas sobre o ensino da língua e da Lei nº 10.639/03, é importante compreendermos a ideia de decolonialidade apresentada neste estudo. Para discutir esse conceito, recorreremos a Mignolo (2008, p. 105), que entende como um “movimento de resistência teórico e prática, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade”. Por isso, a perspectiva decolonial propõe uma ação de enfrentamento à visão colonial, ela permite desenvolver um pensamento crítico por outras visões, e que possam apontar para nossas regionalidades e tradições, como enfrentamento ao pensamento colonial eurocêntrico.

Nessa perspectiva, é que buscamos desconstruir a imagem esbranquiçada, eurocêntrica e hegemônica da língua difundida nas práticas pedagógicas dos professores de LI da Educação Básica, e propor deslocamentos e rupturas de ideias concebidas como universais acerca da hegemonia da língua protagonizada no mundo contemporâneo. Para Mignolo (2008), a decolonialidade envolve um movimento de reconstrução de uma ordem social e uma postura ofensiva de intervenção, transgressão e reconstrução, que busca visibilizar conceitos, práticas e modos de viver, ser, estar e pensar, abrindo espaços para o ensino, (des)aprendizagem e reflexão.

Os métodos e abordagens utilizadas no ensino de línguas estrangeiras ainda são concebidos como constructos coloniais, que possuem intrinsecamente características coloniais dominantes, mesmo quando são adaptados a diferentes contextos educacionais. Os métodos e abordagens têm caráter de dominação cultural, uma vez que torna o colonizador e seus conhecimentos como superiores, e o colonizado como inferior e incapaz (KUMARAVADIVELU, 2003; RIBEIRO, 2022).

A aprovação da Lei nº 10.639/03, que introduziu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana é resultado de uma luta histórica do Movimento Negro do Brasil. Entretanto, a Lei ainda não garante que os profissionais de educação a



implementem em suas atividades pedagógicas e curriculares, essa ação dependerá exclusivamente da aplicabilidade do profissional da educação. Desse modo, o crescente debate/reflexão em torno da educação para as relações étnico-raciais dependerá exclusivamente dos esforços de todos aqueles professores que estão empenhados em construir uma sociedade mais inclusiva e democrática (BRASIL, 2003).

Dos retratos às novas experiências: ressignificando as aulas de inglês a partir de outros protagonismos

Nesta pesquisa, narramos algumas de nossas experiências vividas com as turmas do 7º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Bahá'í Olavo Novaes, as quais no decorrer do trabalho foram fundamentadas à luz dos estudos teóricos da Linguística Aplicada (LA). Histórias essas, que nos permitiram realizar um diálogo com a perspectiva decolonial a partir da legitimação da Lei nº. 10.639/03, como forma de visibilizar outros protagonismos para o ensino do idioma na Educação Básica, e romper com os padrões eurocêntricos e homogeneizadores difundidos para o ensino de LI na Educação Básica. Além disso, buscamos aporte teórico em Kumaravadivelu (2003), o qual aponta a necessidade de (re)pensar o desenvolvimento de abordagens e métodos para o ensino de Língua Estrangeira (LE).

Tendo em vista nossas escolhas metodológicas, este estudo se assentou na pesquisa-ação, a qual nos direcionou para o engajamento dos sujeitos na pesquisa, abrindo possibilidades de respostas a partir das ações dos participantes (THIOLLENT, 1988). Nessa perspectiva, que o pensamento decolonial permitiu verbalizar as experiências e os conhecimentos dos estudantes para que por meio deles, fossem possíveis fomentar reflexões nas quais o pesquisador pudesse (re)pensar e adotar uma postura anti-hegemonica e crítica ao meio em que está inserido (KUMARAVADIVELU, 2003; MIGNOLO, 2008).

Desse modo, as experiências vivenciadas com nossas turmas tornaram-se *escopos* de análise e interpretação, as quais serviram como suporte analítico de nossa investigação, permitindo revisitar algumas experiências que nos orientaram e contribuíram em nossas práticas pedagógicas como professores e pesquisadores. Com base nessas questões, é importante atentarmos para o fato que os alunos ao longo de seu processo cognitivo, verbalizam concepções teóricas e metodológicas eurocêntricas e norte-americanas para o



aprendizado da língua na educação brasileira. Essa inflexão é fruto de um trabalho pedagógico disseminado pela maioria dos professores de LI da Educação Básica, os quais em sua formação inicial são levados a mergulhar no desenvolvimento de conhecimentos linguísticos e culturais a partir de culturas brancas, hegemônicas de natureza estadunidense e britânica.

Nos encontros realizados com os alunos foi apresentado o panorama histórico da LI no mundo. Cabe aqui ressaltar, que uma grande quantidade de professores de LI que atuam na Educação Básica apresentam dificuldades em ensinar o idioma a partir de outros protagonismos afro-anglófonos, em virtude que sua formação inicial ainda é centrada na cultura eurocêntrica, esbranquiçada e hegemônica. Isso ainda é reflexo de uma formação profissional pautada numa educação colonial, o qual é fortemente difundida nos currículos de LE dos cursos de Licenciatura em Letras – Língua Inglesa das universidades públicas brasileiras. Nesse bojo, percebemos que boa parte dos professores de LE estão preocupados com o desenvolvimento das competências comunicativas do estudante, limitando o aprendizado do idioma às culturas hegemônicas. Dessa forma, foram realizadas rodas de conversas com os alunos para entenderem o conceito de anglofonia, e (des)construírem o pensamento colonial acerca da língua, permitindo que culturas as afro-anglófonas possam ser visibilizadas para o ensino do idioma no currículo escolar.

As práticas pedagógicas de professores de LI devem garantir práticas inovadoras que descolonizem o idioma na Educação Básica, sobretudo na expansão do conhecimento cultural anglófono da LI, a partir de outros protagonismos negros. Considerando essa perspectiva, foram realizados momentos de diálogos e reflexões com os alunos para que pudessem entender a supremacia linguística e cultural do idioma no mundo globalizado. A partir de conversas e diálogos acerca do tema, os estudantes tiveram o interesse em conhecer a história dos diferentes países que foram colonizados pela Inglaterra.

Durante os encontros, os alunos puderam desconstruir visões pré-concebidas sobre a hegemonia da LI no mundo globalizado, e perceberam que há diferentes protagonismos para o aprendizado do idioma na educação pública. Doravante, eles tiveram a ideia de socializar com a comunidade escolar o aprendizado acerca das diferentes interfaces que o idioma permeia. Daí, surgiu a ideia em realizar um *Workshop* sobre os diferentes países anglófonos com os estudantes da escola, a fim de compartilhar o trabalho das turmas sobre os diferentes grupos e



povos que foram colonizados pelos britânicos, destacando principalmente os povos de cosmologia africana.

Na elaboração dos materiais didáticos para a apresentação do *Workshop*, os estudantes puderam (re)conhecer a importância da produção cultural em Língua Estrangeira Moderna (LEM) como representação da diversidade cultural e linguística da hegemonia anglófona, considerando os sentidos e representações dos alunos que associaram automaticamente a produção cultural em inglês com uma valorização dos padrões culturais dos Estados Unidos e Inglaterra. Essa cosmovisão evidenciou a soberania esbranquiçada de países que falam a LI, deslocando a ênfase dos países que reforçam uma noção de dominação linguística do idioma.

Durante a confecção dos materiais didáticos produzidos pelos alunos, o protagonismo britânico e estadunidense assumiu um lugar de destaque na produção de seus trabalhos. Essa é uma cosmovisão bastante difundida socialmente no cenário global e até mesmo o local da sala de aula: a idealização de que o inglês pertence apenas aos Estados Unidos e à Inglaterra, e que de alguma forma, quem sabe inglês pode viver e aproveitar o que esses países oferecem. Para Kumaravadivelu (2003) é importante que nossa prática pedagógica esteja atenta para o que é pertinente aos desejos, interesses e necessidades locais dos estudantes e de sua própria comunidade escolar, uma vez que os países anglófonos que não estão no cânone dos países brancos possam também ter visibilidade nas discussões epistemológicas para a o aprendizado do idioma.

Essa percepção despertou nos alunos a (des)construção da imagem hegemônica no aprendizado da LI, rompendo com a concepção colonial permeada de ilusões ideológicas, e abrindo espaços para novas visões e ideias acerca do imperialismo linguístico da língua, que oportunizou os alunos a (re)pensarem suas visões e concepções no aprendizado do idioma:

Figura 1: Elaboração dos materiais para apresentação do Workshop



Fonte: Acervo Pessoal dos Autores

Consideramos que os repertórios linguísticos difundidos pela maioria dos professores de LI da Educação Básica ainda são limitados à hegemonia estadunidense e britânica. O estudante que inicia o estudo da LI na Universidade, geralmente constrói um repertório linguístico, cultural, eurocêntrico e homogêneo (RIBEIRO, 2022). Por essa razão, adotamos a perspectiva decolonial por questionar o papel hegemônico da língua de prestígio na Educação Básica, possibilitando o estudante a (re)conhecer em suas práticas cotidianas o protagonismo cultural e linguístico de outras culturas afro-anglófonas (KUMARADIVELU, 2016).

As discussões e representações dos sentidos de aprender inglês pelos estudantes a partir de uma perspectiva decolonial, apontaram a necessidade em realizar uma formação continuada em nosso trabalho profissional, com vias para a educação das relações étnico-raciais. Essa relação evidenciou vários desdobramentos do ensino do idioma para os estudantes, assim como questões identitárias, construídas acerca da hegemonia da língua, ligadas a questões de poder, inclusão e exclusão social (RAJAGOPALAN, 2003; CANAGARAJAH, 1999).

Avaliação dos resultados

Pensar decolonialmente a sala de aula pela (des)construção de práticas pedagógicas que foram inconscientemente colonizadas em nossa formação acadêmica, e que ainda refletem colonialmente na naturalização de nossas *práxis* nas aulas de inglês, revelou uma conduta de rupturas de pensamentos hegemônicos (KUMARADIVELU, 2003). Para Canarajah (1999) as personalizações construídas pelo professor de LI (re)produzem uma



visão do inglês como sentimento de punição e exclusão. Hoje sabemos, retomando as vozes dos nossos alunos e de alguns colegas professores, que nós, que vivemos a escola pública, não somos as situações emergenciais, somos o chão da escola, viva e pulsante, numa teia de complexidades, desafios e desdobramentos, dispostos a (re)pensar e (re)criar a realidade como ela é, mesmo que haja incongruências, tensões e conflitos.

Temos buscado então (re)pensar temas e posturas pedagógicas anti-hegemonicas para as aulas de inglês a partir de uma perspectiva decolonial, sob a ótica da legitimação da Lei nº 10.639/03, e desse modo, achamos prudente o desafio de trabalhar a língua através de protagonismos negros e de cosmologia africana. O uso de abordagens culturais no cotidiano dos estudantes trouxe novas visões, rupturas e desconstruções acerca da hegemonia do idioma.

Dentro dessa perspectiva, os estudantes realizaram diversas pesquisas e os seus sentidos e concepções sobre o aprendizado da LI foram ampliando, construindo diferentes ideias e visões acerca das relações históricas da colonização britânica. Entre os sentidos dos estudantes, houve o desejo de abordar práticas culturais e sociais que canonizassem países excludentes e silenciados pela hegemonia cultural do idioma.

Na realização do *Workshop*, os alunos apresentaram as diferentes relações históricas, econômicas, culturais, sociais e hegemônicas do idioma a partir de seus desdobramentos e deslocamentos no mundo globalizado. As apresentações dos alunos no *Workshop* indicaram diferentes caminhos e sentidos de aprender o inglês, e essa perspectiva influenciou nossos sentidos como professores, desconstruindo e reconstruindo nossas posturas como docentes e pesquisadores.

Figura 2: Realização do Workshop de Língua Inglesa



Fonte: Acervo Pessoal dos Autores

Decolonialmente, os desafios passaram a ser o fio condutor em nossas *práxis*, levando-nos a questionar e repensar a ideia de métodos e abordagens como neutros e absolutos, descortinando nossos olhares a novas epistemes para o ensino do idioma na Educação Básica, possibilitando uma visão mais crítica e anti-hegemonica na produção do conhecimento (KUMARAVADIVELU, 2003). Essa visão levou-nos com o tempo a compreender a necessidade de um olhar mais sensível ao ensino da língua, voltando a reconhecer melhor os nossos estudantes, e ao mesmo tempo buscar pedagogias mais sensíveis às suas necessidades e realidades. Isso evidenciou uma relação dialógica e horizontal em que o professor, assim como os alunos aprendem simultaneamente (KUMARAVADIVELU, 2016).

As perspectivas decoloniais difundidas nos trabalhos dos alunos corroboraram para a desconstrução da imagem hegemônica e cultural do ensino do idioma protagonizado na educação brasileira, e possibilitou visibilizar outros protagonismos de cosmologia africana para o ensino da língua. As culturas afro-anglófonas foram cânones para a desconstrução e reconstrução de abordagens culturais difundidas no ensino da língua, e que serviu para validar e fortalecer a implementação da Lei nº 10.639/03 nas aulas de inglês.

Nesse contexto, percebemos que a hegemonia do inglês é uma marca genuína do colonialismo europeu e do capitalismo norte americano, colocando o idioma como instrumento de dominação cultural e como um conjunto de práticas e ideologias em que a língua é usada (KUMARAVADIVELU 2012; PENNYCOOK, 2006). Essa concepção de língua no exercício da educação das relações étnico-raciais, expõe desafios a serem superados pela escola, pelos alunos e principalmente pelos professores de LI. Para alguns alunos, é necessário reconhecer o processo de colonização britânica e descolonizar os saberes escolares,



voltando um olhar para o reconhecimento e valorização dos saberes afro-brasileiros, e sobretudo, aprender o idioma a partir de outras histórias ainda não visibilizadas. A Esse respeito corroboram:

“É muito interessante aprender o idioma a partir de outras histórias ainda não contadas nos livros didáticos de inglês e nas salas de aulas, pois eu pensei que a Língua Inglesa era uma língua exclusivamente dos Estados Unidos e da Inglaterra. A História da África do Sul é muito rica e interessante, e eu não sabia que eles falavam inglês lá”. (ESTUDANTE DO 7º ANO – TURMA F7R01)

“Eu nunca imaginei que o continente africano foi tão marginalizado pela colonização britânica. É triste ver o quanto a cultura deles foram inferiorizadas pelos povos da Inglaterra. Olhando para a história deles, posso perceber o quanto sofremos também aqui no Brasil com colonização de Portugal. Agora entendo porque somos um país com tantas raças e etnias”. (ESTUDANTE DO 7ª ANO – TURMA F7MR02)

A realização do *Workshop* de LI sensibilizou a comunidade escolar a desconstruir algumas visões pré-concebidas no aprendizado do idioma. Os estudantes imprimiram uma reflexão acerca dos diferentes contextos de uso da língua no mundo, revelando que existem diferentes povos e países do continente africano que utilizam o inglês como língua materna e como segunda língua. Essa impressão rompeu com a ideia de ensino eurocêntrico e esbranquiçado, permitindo que o protagonismo negro e afrocentrado ganhasse prestígio também para o ensino da LI na educação brasileira.

No final do *Workshop*, os estudantes foram certificados pela Direção Escolar, e receberam título de honra ao mérito pelo desempenho e dedicação na execução das atividades:

Figura 3: Certificação dos alunos



Fonte: Acervo Pessoal dos Autores

Os trabalhos apresentados pelos alunos permitiram desconstruir as relações de poder que ainda permeiam o uso da língua na escola pública. Realidade esta, que era verbalizada nos discursos dos estudantes, e que através do recorte da Lei nº. 10.639/03, foi possível identificar e romper com alguns paradigmas e abordagens hegemônicas coexistentes no ensino aprendizagem do idioma. Este estudo fez-nos refletir também acerca da hegemonia linguística e cultural da língua que há muito tempo foi engendrada em nossa formação acadêmica, e assim, pudemos perceber o quanto a carência de cursos ou formações continuadas voltadas para a educação das relações étnico-raciais podem invisibilizar e silenciar outros protagonismos negros de cosmologia africana para o ensino do idioma na Educação Básica.

Doravante, precisamos romper com a visão hegemônica do inglês e combater os princípios colonialistas homogeneizadores e elitizadores ainda difundidos no currículo de LI da escola pública. Entretanto, romper com essa hegemonia não é uma tarefa fácil, pois as nossas concepções de mundo precisam ser refletidas e reavaliadas, sobretudo desconstruídas às novas concepções que propõem novas epistemologias e deslocamentos para uma perspectiva de ensino afrocentrada, de modo a construir novos significados que façam sentido para as nossas práticas pedagógicas (PENNYCOOK, 2006; CANAGARAJAH, 1999; MIGNOLO, 2014; KUMARAVADIVELU, 2016).

Refletimos, ao terminar este estudo, sobre todas as elaborações que fizemos, passando pelo exercício de (re)pensar, insurgir, resistir, (re)existir e reviver decolonialmente dentro do ensino da língua a implementação da Lei nº 10.639/03, questionando-nos: será que



conseguimos ressignificar o inglês com nossos estudantes? Chegamos à conclusão que esse recorte é apenas uma contribuição para discussões mais amplas, e que possam corroborar para a ampliação de epistemologias decoloniais para o ensino do idioma a partir de uma perspectiva afrocentrada.

É possível perceber que o ensino da LI difundido na educação pública brasileira ainda sofre um agravante com o prevaletimento do ensino valorando a cultura estadunidense e/ou britânica. Tal preocupação é nítida nas práticas pedagógicas de professores que se apropriam dos livros didáticos de inglês, que geralmente estão carregados de hegemonias e ideologias brancas (PENNYCOOK, 2006). É notória a atitude de adoração da cultura esbranquiçada em busca pela língua perfeita (estadunidense e/ou britânica) (MOITA LOPES, 2005; RAJAGOPALAN, 2003). Desse modo, o professor acaba reproduzindo estereótipos e construindo verdades que valorizam culturas hegemônicas nas aulas de inglês.

A partir daqui, seguimos para novos encontros, diálogos, questionamentos e deslocamentos com os nossos alunos, acreditando e defendendo a sala de aula como possibilidade de rupturas e descolonização acerca da hegemonia do idioma na escola pública. Prosseguimos, refletindo e trazendo histórias e trajetórias dos alunos que precisam ser (re)pensadas, dialogadas e visibilizadas nas pesquisas acadêmicas e refletidas em nossa *práxis*, para que nos tornemos professores e seres humanos melhores.

Considerações finais

Diante das incursões e reflexões construídas ao longo deste estudo, enxergamo-nos em um processo de amadurecimento teórico e prático à luz da nossa profissão, o qual vem ressignificando e oportunizando-nos a refletir sobre as colonialidades existentes nas aulas de inglês e seus desdobramentos em nosso fazer pedagógico. Desenvolver uma postura crítica e anti-hegemonica nos alunos, que vise problematizar e rever a ideia de hegemonia difundida no ensino da língua no âmbito da implementação da Lei nº 10.639/03, é sem sombra de dúvida uma tarefa desafiadora e complexa.

A perspectiva decolonial reproduziu uma lógica contra hegemônica nos alunos a partir do contexto afro-anglófono, e isso implicou na revisão de abordagens e metodologias no ensino aprendizagem do idioma na Educação Básica. O silenciamento e invisibilidade das questões étnico-raciais nas aulas de inglês ainda é um desafio para nós professores e um



dédalo para a escola. É possível constatar que nós professores de LI carregamos traços de pensamentos hegemônicos, coloniais e esbranquiçados, que nos rodeiam desde nossa infância até nossa formação acadêmica.

Como professores e pesquisadores, precisamos refletir sobre nossas práticas pedagógicas e sociais, a fim de antagonizar resquícios coloniais dessas percepções hegemônicas. Refletindo como professores e participantes deste estudo, pudemos notar que as questões étnico-raciais são demandas urgentes a serem discutidas e trabalhadas nas aulas de inglês. Aqui, deixamos como proposições para pesquisas futuras a possibilidade de refletir e trabalhar a Lei nº 10.639/09 nas aulas de inglês, como possibilidade de enfrentamento e rompimento ao pensamento colonial presente nas aulas de inglês, visibilizando culturas excluídas e marginalizadas para o ensino do idioma na escola pública, em que as culturas afro-anglófonas sejam constructos basilares para a legitimação da Lei nº 10.639/03 nas aulas de inglês.

REFERÊNCIAS

- BOGDAN, Robert; BIKLEN, SariKnopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto Editora, 1994. 336p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10/639 de 9 de janeiro de 2013: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/SEPPPIR, 2003.
- BRETON, J.M. Reflexões anglófilas sobre a geopolítica do inglês. In: LACOSTE, Y (org.). *A geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- CALDAS, M.; ALCADIPANI, R. Post-colonialism in Latin American Management: the genesis and trail of north American reference in Brazilian culture and management. *Proceedings of Critical Management Studies Conference, Manchester*, v. 3, 2003.
- CANAGARAJAH, A. S. *Resisting Linguistic Imperialism in English Teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- CANAGARAJAH, Suresh. Translanguaging in the classroom: Emerging issues for research and pedagogy. *Applied Linguistics Review*, v. 2, p. 1-28, 2011.
- UMARAVADIVELU, B. The Decolonial Option in English Teaching: Can the Subaltern Act?. *TESOL Quarterly, California*, v. 50, n. 1, p. 66-85, march 2016. Disponível em: <http://www.bkumaravadivelu.com/articles%20in%20pdfs/Kumaravadivelu%202016.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2020.



- MOITA LOPES, L. P. Inglês no mundo contemporâneo: ampliando oportunidades sociais por meio da educação. São Paulo: TIRF, 2005. (Simpósio Inglês no Mundo Contemporâneo).
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução de Ângela Lopes Norte. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, Rio de Janeiro, n. 34., p. 287-324, 2008. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/traducao.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2020.
- MIGNOLO, W. D. Educación y decolonialidad: aprender a desaprender para poder reaprender: Um diálogo geopolítico-pedagógico com Walter Mignolo. Revista del IICE, n. 35, p. 61-71, 2014. [Entrevista concedida a Facundo Giuliano e Daniel Berisso].
- PACHECO, A. S. As Áfricas nos Marajós: Visões, fugas e redes de contatos. In: SCHAAAN, D. P.; MARTINS, C. P. (org.). Muito além dos campos: arqueologia e história da Amazônia Marajoara. Belém: Gknoronha, 2010.
- PEASE, D. US Imperialism: global dominance without colonies. In H. Schwarz, S. Ray (Eds.) A Companion to Postcolonial Studies. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.
- PENNYCOOK, Alastair. Uma Linguística Aplicada Transgressiva. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). Por uma linguística aplicada Interdisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- RAJAGOPALAN, K. Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- RAJAGOPALAN, K. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil: por uma política prudente e propositiva. In: LACOSTE, Y (org.). A geopolítica do inglês. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- RIBEIRO, K. R. Currículo de língua inglesa nas discursividades de professoras da educação escolar quilombola na Amazônia Marajoara. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará – UFPA, 2022.
- THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.